

# Três incidentes envolvendo coletivos da Turp foram registrados nos últimos dias

Demétrio do Carmo - Especial para o Diário

Ocorrências envolvendo ônibus da Turp Transportes registrados nos últimos dias em diferentes pontos de Petrópolis reacenderam os questionamentos sobre as condições de operação da empresa no transporte público na cidade.

Na sexta-feira (30/1), um coletivo que fazia a linha Bairro da Glória, em Corrêas, colidiu em um muro após uma suposta falha mecânica. Apesar do susto, ninguém ficou ferido e o veículo foi recolhido para inspeção. Outros dois episódios ocorreram em sequência. Na terça-feira (3/2), um ônibus que saía da garagem para iniciar o serviço teria apresentado falha no

sistema de freios ainda na rampa da empresa. Já na tarde de quarta-feira (4/2), outro coletivo quase caiu em um rio, na localidade de Pedro do Rio. As razões não foram esclarecidas.

Usuários relatam que a qualidade do serviço tem piorado progressivamente. Segundo passageiros, veículos抗igos e em más condições continuam circulando pelos bairros, o que resulta em atrasos, supressão de horários e transtornos para quem depende do transporte público diariamente.

A linha 700, que liga o Centro a Itaipava, é uma das mais criticadas. O tempo de espera nos pontos pode chegar a 30 minutos,

formando longas filas, principalmente nas paradas das ruas da Imperatriz e Paulo Barbosa, no Centro. A situação também é frequente no terminal de integração do terceiro distrito.

Dados do Relatório Mensal de Operação (RMO), divulgado pela CPTTrans, indicam que a Turp é a empresa que menos cumpre as viagens programadas. Sómente em novembro, último registro disponível, mais de 400 viagens deixaram de ser realizadas por falhas mecânicas.

Além das deficiências do transporte coletivo, a mobilidade urbana em Petrópolis também enfrenta desafios, como congestionamentos constantes, estaciona-

mentos irregulares e interdições provocadas por obras, fatores que agravam ainda mais os deslocamentos.

Em nota a Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (CPTTrans) informou que realiza, nesta semana, a vistoria quadromestral em todas as empresas que atuam no transporte público coletivo do município. O procedimento faz parte do calendário regular de fiscalização e tem como objetivo verificar as condições operacionais e de segurança da frota, garantindo um serviço adequado à população.

Em relação aos episódios recentes envolvendo coletivos da empresa Turp, registrados nas localidades da Glória, na garagem

da empresa e em Pedro do Rio, a CPTTrans esclarece que acompanha a situação com atenção especial. A companhia já cobrou formalmente esclarecimentos da empresa sobre os incidentes e está analisando os laudos técnicos para apurar as causas das ocorrências, incluindo eventuais falhas mecânicas ou operacionais.

Caso sejam identificadas irregularidades, as medidas cabíveis serão adotadas conforme a legislação vigente, sempre com foco na segurança dos usuários do transporte público e na qualidade do serviço prestado.

O Setranspetro foi questionado, mas, não respondeu até o fechamento desta edição.

PUBLICAÇÃO OFICIAL - 06/02/2026

## CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

ATA DA 06ª SESSÃO DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2026

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às quinze horas e vinte e nove minutos Presidente, o Vereador Júnior Coruja declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sób a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicito ao Vereador Léo França que realizasse a leitura do expediente.

**EXPEDIENTE:** Indicação nº: 597 / 603/2026 do Vereador Léo França; Indicação nº: 604 / 608, 610, 612, 614 a 616, 619, 622, 629, 630, 634, 635, 637, 639, 640 e 642/2026 do Vereador Júnior Paixão; Indicação nº: 609, 611, 617, 638 e 650/2026 da Vereadora Gilda Beatriz; Indicação nº: 613, 628, 631e 633/2026 do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação nº: 620/2026 do Vereador Júnior Coruja; Indicação nº: 623/2026 do Vereador Thiago Damaceno; Indicação nº: 641/2026 da Vereadora Júlia Casamass; Terminada a leitura do **EXPEDIENTE**, o Vereador Gil Magno solicitou a inversão de pauta e com anuência dos demais Vereadores e Vereadoras passou então à **ORDEM DO DIA**: Colocado em 1ª discussão e votação e o Projeto de Lei nº: 8007/2025 do Vereador Gil Magno; o Projeto foi aprovado com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Thiago Damaceno; Colocado em discussão e votação o Requerimento de Inclusão nº: 665/2026 do Vereador Octávio Sampaio; o Requerimento foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Thiago Damaceno; Colocado em discussão e votação o Requerimento de Inclusão nº: 661/2026 do Vereador Octávio Sampaio; o Requerimento foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida, da Vereadora Professora Lívia e do Vereador Thiago Damaceno; Terminada a **ORDEM DO DIA**, o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim a primeira Vereadora: 1) **JÚLIA CASAMASSO, PSOL** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Tratou da situação do transporte público no município, destacando que o tema tem sido negligenciado e que, mais uma vez, quem paga a conta é o trabalhador. Ressaltou que, com o retorno das aulas na próxima semana, o problema tende a se agravar, impactando ainda mais a rotina da população. Em sua fala, abordou uma situação que classificou como lamentável e covarde com a população, que impactam negativamente o meio ambiente e a saúde pública. Concluiu afirmando que a renovação do contrato precisa ser analisada com rigor, transparéncia e responsabilidade, classificando-a como absurda. Reiterou o compromisso de continuar fiscalizando e colocou seu mandato à disposição da população para essa e outras pautas de interesse coletivo. Agradeceu e despediu-se. 2)

**JÚNIOR CORUJA PSD** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Tratou da situação do transporte público no município, destacando que o tema tem sido negligenciado e que, mais uma vez, quem paga a conta é o trabalhador. Ressaltou que, com o retorno das aulas na próxima semana, o problema tende a se agravar, impactando ainda mais a rotina da população. Em sua fala, abordou uma situação que classificou como lamentável e covarde com a população, que impactam negativamente o meio ambiente e a saúde pública. Concluiu afirmando que a renovação do contrato precisa ser analisada com rigor, transparéncia e responsabilidade, classificando-a como absurda. Reiterou o compromisso de continuar fiscalizando e colocou seu mandato à disposição da população para essa e outras pautas de interesse coletivo. Agradeceu e despediu-se. 3)

**LÉO FRANÇA, PSB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Prestou solidariedade à vereadora Gilda Beatriz pelo ocorrido na sala naquele dia. Destacou a importância do projeto de lei que ela pretende apresentar, afirmando que a proposta não guarda qualquer relação com outro projeto já criado e votado pela Casa. Colocou-se à disposição para apoiar a iniciativa e para auxiliar no diálogo com os demais vereadores, ressaltando que se trata de um projeto de caráter educativo e de grande relevância. Em seguida, dirigiu-se ao presidente para iniciar oficialmente sua manifestação, enfatizando que denunciar e reclamar produz resultados. Relatou que, na terça-feira, apresentou denúncia relacionada a uma licitação que ocorria no dia seguinte, no valor superior a treze milhões de reais, destinada à contratação da empresa para realizar o georeferenciamento da área de transporte público. Afirmou que a maior prejudicado é sempre o trabalhador, que acaba sendo obrigado a pagar uma segunda passagem. Criticou o fato de as empresas orientarem os usuários a entrarem em contato com a Ctransepetro para solicitar a devolução do valor pago indevidamente. Embora reconheça que a devolução seja uma obrigação, classificou como irresponsável e desumana a situação em que a pessoa, naquele momento, precisa retirar dinheiro do próprio bolso para continuar seu trajeto. Destacou ainda que nem todos conseguem reaver o valor pago, seja pela dificuldade de constar, seja pela falta de tempo, o que gera prejuízos individuais que, somados, representam um impacto financeiro significativo ao longo do mês para os usuários do sistema. Ressaltou que se trata de

dezenas de pessoas prejudicadas por linha, o que evidencia a dimensão do problema. Voltou a solicitar o apoio do presidente da CPTTrans, Luciano, a quem elogiou pela postura acessível e pela disposição em colaborar com a fiscalização. Informou que, segundo o presidente, haverá uma situação mais firme junto às empresas responsáveis para solucionar a questão da integração. Por fim, se comprometeu publicamente com a população a continuar cobrando providências e pediu o apoio dos demais parlamentares. Afirmando que, caso o problema não seja resolvido com o inicio do ano letivo, será necessária uma ação mais contundente, incluindo a formação de uma comissão para ir às ruas, fiscalizar os ônibus que não estejam em condições adequadas de operar a integração e acomodar os órgãos competentes. Concluiu afirmando que o comando do transporte público no município deve ser exercido pela Prefeitura, e não pelos empresários, e deixou um agradecimento a todas as pessoas que entraram em contato com seu gabinete para denunciar a situação, classificando-a como vergonhosa a atual condição da integração do transporte público na cidade. Agradeceu e despediu-se. 3) **DOMINGOS PROTECTOR, PP** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Destacou que é comum encontrar moradores com histórias de cobranças abusivas, tarifas irregulares de esgoto e ausência efetiva de coleta e tratamento. Avaliou que esses problemas, por si só, já seriam suficientes para a rescisão do contrato, e criticou o fato de o Executivo ter optado pela renovação antecipada de um contrato que ainda tinha longa vigência. Destacou que foi anunciado um aporte de 26 milhões de reais como justificativa para a prorrogação, mas ponderou que, diluído ao longo de 10 anos, o valor representa apenas cerca de 2,6 milhões por ano montante considerado irrisório frente ao orçamento municipal. Comparou esse aumento do contrato por mais 10 anos, levando sua vigência até 2053. Manifestou profunda preocupação com a renovação, afirmando que a empresa presta um serviço de baixa qualidade à população. Relatou que é comum encontrar moradores com histórias de cobranças abusivas, tarifas irregulares de esgoto e ausência efetiva de coleta e tratamento. Avaliou que esses problemas, por si só, já seriam suficientes para a rescisão do contrato, e criticou o fato de o Executivo ter optado pela renovação antecipada de um contrato que ainda tinha longa vigência. Destacou que foi anunciado um aporte de 26 milhões de reais como justificativa para a prorrogação, mas ponderou que, diluído ao longo de 10 anos, o valor representa apenas cerca de 2,6 milhões por ano montante considerado irrisório frente ao orçamento municipal. Comparou esse aumento do contrato por mais 10 anos, levando sua vigência até 2053. Manifestou profunda preocupação com a renovação, afirmando que a empresa presta um serviço de baixa qualidade à população. Relatou que é comum encontrar moradores com histórias de cobranças abusivas, tarifas irregulares de esgoto e ausência efetiva de coleta e tratamento. Avaliou que esses problemas, por si só, já seriam suficientes para a rescisão do contrato, e criticou o fato de o Executivo ter optado pela renovação antecipada de um contrato que ainda tinha longa vigência. Destacou que foi anunciado um aporte de 26 milhões de reais como justificativa para a prorrogação, mas ponderou que, diluído ao longo de 10 anos, o valor representa apenas cerca de 2,6 milhões por ano montante considerado irrisório frente ao orçamento municipal. Comparou esse aumento do contrato por mais 10 anos, levando sua vigência até 2053. Manifestou profunda preocupação com a renovação, afirmando que a empresa presta um serviço de baixa qualidade à população. Relatou que é comum encontrar moradores com histórias de cobranças abusivas, tarifas irregulares de esgoto e ausência efetiva de coleta e tratamento. Avaliou que esses problemas, por si só, já seriam suficientes para a rescisão do contrato, e criticou o fato de o Executivo ter optado pela renovação antecipada de um contrato que ainda tinha longa vigência. Destacou que foi anunciado um aporte de 26 milhões de reais como justificativa para a prorrogação, mas ponderou que, diluído ao longo de 10 anos, o valor representa apenas cerca de 2,6 milhões por ano montante considerado irrisório frente ao orçamento municipal. Comparou esse aumento do contrato por mais 10 anos, levando sua vigência até 2053. Manifestou profunda preocupação com a renovação, afirmando que a empresa presta um serviço de baixa qualidade à população. Relatou que é comum encontrar moradores com histórias de cobranças abusivas, tarifas irregulares de esgoto e ausência efetiva de coleta e tratamento. Avaliou que esses problemas, por si só, já seriam suficientes para a rescisão do contrato, e criticou o fato de o Executivo ter optado pela renovação antecipada de um contrato que ainda tinha longa vigência. Destacou que foi anunciado um aporte de 26 milhões de reais como justificativa para a prorrogação, mas ponderou que, diluído ao longo de 10 anos, o valor representa apenas cerca de 2,6 milhões por ano montante considerado irrisório frente ao orçamento municipal. Comparou esse aumento do contrato por mais 10 anos, levando sua vigência até 2053. Manifestou profunda preocupação com a renovação, afirmando que a empresa presta um serviço de baixa qualidade à população. Relatou que é comum encontrar moradores com histórias de cobranças abusivas, tarifas irregulares de esgoto e ausência efetiva de coleta e tratamento. Avaliou que esses problemas, por si só, já seriam suficientes para a rescisão do contrato, e criticou o fato de o Executivo ter optado pela renovação antecipada de um contrato que ainda tinha longa vigência. Destacou que foi anunciado um aporte de 26 milhões de reais como justificativa para a prorrogação, mas ponderou que, diluído ao longo de 10 anos, o valor representa apenas cerca de 2,6 milhões por ano montante considerado irrisório frente ao orçamento municipal. Comparou esse aumento do contrato por mais 10 anos, levando sua vigência até 2053. Manifestou profunda preocupação com a renovação, afirmando que a empresa presta um serviço de baixa qualidade à população. Relatou que é comum encontrar moradores com histórias de cobranças abusivas, tarifas irregulares de esgoto e ausência efetiva de coleta e tratamento. Avaliou que esses problemas, por si só, já seriam suficientes para a rescisão do contrato, e criticou o fato de o Executivo ter optado pela renovação antecipada de um contrato que ainda tinha longa vigência. Destacou que foi anunciado um aporte de 26 milhões de reais como justificativa para a prorrogação, mas ponderou que, diluído ao longo de 10 anos, o valor representa apenas cerca de 2,6 milhões por ano montante considerado irrisório frente ao orçamento municipal. Comparou esse aumento do contrato por mais 10 anos, levando sua vigência até 2053. Manifestou profunda preocupação com a renovação, afirmando que a empresa presta um serviço de baixa qualidade à população. Relatou que é comum encontrar moradores com histórias de cobranças abusivas, tarifas irregulares de esgoto e ausência efetiva de coleta e tratamento. Avaliou que esses problemas, por si só, já seriam suficientes para a rescisão do contrato, e criticou o fato de o Executivo ter optado pela renovação antecipada de um contrato que ainda tinha longa vigência. Destacou que foi anunciado um aporte de 26 milhões de reais como justificativa para a prorrogação, mas ponderou que, diluído ao longo de 10 anos, o valor representa apenas cerca de 2,6 milhões por ano montante considerado irrisório frente ao orçamento municipal. Comparou esse aumento do contrato por mais 10 anos, levando sua vigência até 2053. Manifestou profunda preocupação com a renovação, afirmando que a empresa presta um serviço de baixa qualidade à população. Relatou que é comum encontrar moradores com histórias de cobranças abusivas, tarifas irregulares de esgoto e ausência efetiva de coleta e tratamento. Avaliou que esses problemas, por si só, já seriam suficientes para a rescisão do contrato, e criticou o fato de o Executivo ter optado pela renovação antecipada de um contrato que ainda tinha longa vigência. Destacou que foi anunciado um aporte de 26 milhões de reais como justificativa para a prorrogação, mas ponderou que, diluído ao longo de 10 anos, o valor representa apenas cerca de 2,6 milhões por ano montante considerado irrisório frente ao orçamento municipal. Comparou esse aumento do contrato por mais 10 anos, levando sua vigência até 2053. Manifestou profunda preocupação com a renovação, afirmando que a empresa presta um serviço de baixa qualidade à população. Relatou que é comum encontrar moradores com histórias de cobranças abusivas, tarifas irregulares de esgoto e ausência efetiva de coleta e tratamento. Avaliou que esses problemas, por si só, já seriam suficientes para a rescisão do contrato, e criticou o fato de o Executivo ter optado pela renovação antecipada de um contrato que ainda tinha longa vigência. Destacou que foi anunciado um aporte de 26 milhões de reais como justificativa para a prorrogação, mas ponderou que, diluído ao longo de 10 anos, o valor representa apenas cerca de 2,6 milhões por ano montante considerado irrisório frente ao orçamento municipal. Comparou esse aumento do contrato por mais 10 anos, levando sua vigência até 2053. Manifestou profunda preocupação com a renovação, afirmando que a empresa presta um serviço de baixa qualidade à população. Relatou que é comum encontrar moradores com histórias de cobranças abusivas, tarifas irregulares de esgoto e ausência efetiva de coleta e tratamento. Avaliou que esses problemas, por si só, já seriam suficientes para a rescisão do contrato, e criticou o fato de o Executivo ter optado pela renovação antecipada de um contrato que ainda tinha longa vigência. Destacou que foi anunciado um aporte de 26 milhões de reais como justificativa para a prorrogação, mas ponderou que, diluído ao longo de 10 anos, o valor representa apenas cerca de 2,6 milhões por ano montante considerado irrisório frente ao orçamento municipal. Comparou esse aumento do contrato por mais 10 anos, levando sua vigência até 2053. Manifestou profunda preocupação com a renovação, afirmando que a empresa presta um serviço de baixa qualidade à população. Relatou que é comum encontrar moradores com histórias de cobranças abusivas, tarifas irregulares de esgoto e ausência efetiva de coleta e tratamento. Avaliou que esses problemas, por si só, já seriam suficientes para a rescisão do contrato, e criticou o fato de o Executivo ter optado pela renovação antecipada de um contrato que ainda tinha longa vigência. Destacou que foi anunciado um aporte de 26 milhões de reais como justificativa para a prorrogação, mas ponderou que, diluído ao longo de 10 anos, o valor representa apenas cerca de 2,6 milhões por ano montante considerado irrisório frente ao orçamento municipal. Comparou esse aumento do contrato por mais 10 anos, levando sua vigência até 2053. Manifestou profunda preocupação com a renovação, afirmando que a empresa presta um serviço de baixa qualidade à população. Relatou que é comum encontrar moradores com histórias de cobranças abusivas, tarifas irregulares de esgoto e ausência efetiva de coleta e tratamento. Avaliou que esses problemas, por si só, já seriam suficientes para a rescisão do contrato, e criticou o fato de o Executivo ter optado pela renovação antecipada de um contrato que ainda tinha longa vigência. Destacou que foi anunciado um aporte de 26 milhões de reais como justificativa para a prorrogação, mas ponderou que, diluído ao longo de 10 anos, o valor representa apenas cerca de 2,6 milhões por ano montante considerado irrisório frente ao orçamento municipal. Comparou esse aumento do contrato por mais 10 anos, levando sua vigência até 2053. Manifestou profunda preocupação com a renovação, afirmando que a empresa presta um serviço de baixa qualidade à população. Relatou que é comum encontrar moradores com histórias de cobranças abusivas, tarifas irregulares de esgoto e ausência efetiva de coleta e tratamento. Avaliou que esses problemas, por si só, já seriam suficientes para a rescisão do contrato, e criticou o fato de o Executivo ter optado pela renovação antecipada de um contrato que ainda tinha longa vigência. Destacou que foi anunciado um aporte de 26 milhões de reais como justificativa para a prorrogação, mas ponderou que, diluído ao longo de 10 anos, o valor representa apenas cerca de 2,6 milhões por ano montante considerado irrisório frente ao orçamento municipal. Comparou esse aumento do contrato por mais 10 anos, levando sua vigência até 2053. Manifestou profunda preocupação com a renovação, afirmando que a empresa presta um serviço de baixa qualidade à população. Relatou que é comum encontrar moradores com histórias de cobranças abusivas, tarifas irregulares de esgoto e ausência efetiva de coleta e tratamento. Avaliou que esses problemas, por si só, já seriam suficientes para a rescisão do contrato, e criticou o fato de o Executivo ter optado pela renovação antecipada de um contrato que ainda tinha longa vigência. Destacou que foi anunciado um aporte de 26 milhões de reais como justificativa para a prorrogação, mas ponderou que, diluído ao longo de 10 anos, o valor representa apenas cerca de 2,6 milhões por ano montante considerado irrisório frente ao orçamento municipal. Comparou esse aumento do contrato por mais 10 anos, levando sua vigência até 2053. Manifestou profunda preocupação com a renovação, afirmando que a empresa presta um serviço de baixa qualidade à população. Relatou que é comum encontrar moradores com histórias de cobranças abusivas, tarifas irregulares de esgoto e ausência efetiva de coleta e tratamento. Avaliou que esses problemas, por si só, já seriam suficientes para a rescisão do contrato, e criticou o fato de o Executivo ter optado pela renovação antecipada de um contrato que ainda tinha longa vigência. Destacou que foi anunciado um aporte de 26 milhões de reais como justificativa para a prorrogação, mas ponderou que, diluído ao longo de 10 anos, o valor representa apenas cerca de 2,6 milhões por ano montante considerado irrisório frente ao orçamento municipal. Comparou esse aumento do contrato por mais 10 anos, levando sua vigência até 2053. Manifestou profunda preocupação com a renovação, afirmando que a empresa presta um serviço de baixa qualidade à população. Relatou que é comum encontrar moradores com histórias de cobranças abusivas, tarifas irregulares de esgoto e ausência efetiva de coleta e tratamento. Avaliou que esses problemas, por si só, já seriam suficientes para a rescisão do contrato, e criticou o fato de o Executivo ter optado pela renovação antecipada de um contrato que ainda tinha longa vigência. Destacou que foi anunciado um aporte de 26 milhões de reais como justificativa para a prorrogação, mas ponderou que, diluído ao longo de 10 anos, o valor representa apenas cerca de 2,6 milhões por ano montante considerado irrisório frente ao orçamento municipal. Comparou esse aumento do contrato por mais 10 anos, levando sua vigência até 2053. Manifestou profunda preocupação com a renovação, afirmando que a empresa presta um serviço de baixa qualidade à população. Relatou que é comum encontrar moradores com histórias de cobranças abusivas, tarifas irregulares de esgoto e ausência